

COMISSÃO EXTERNA DE POLÍTICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA**REQUERIMENTO Nº , DE 2021**

(Da Sra. LEANDRE)

Requer a realização de audiência pública, por esta comissão externa, para que a Secretária Nacional de Atenção a Primeira Infância, do Ministério da Cidadania, apresente as ações realizadas pela pasta durante a pandemia.

Senhora Coordenadora,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, que esta comissão realize audiência pública, convidando a senhora Secretária Nacional de Atenção a Primeira Infância, do Ministério da Cidadania, para que apresente as ações desenvolvidas pela pasta durante o período de pandemia de COVID-19 e o planejamento para as ações a serem realizadas no pós-pandemia.

JUSTIFICAÇÃO

Há mais de um ano a pandemia de COVID-19 assola o país e, nas últimas semanas, os dados de óbitos e casos confirmados aumentou de maneira exponencial. E, sem dúvidas, nossas crianças estão sendo atingidas das mais diversas maneiras pelo cenário posto.

A UNICEF¹ alertou que os impactos serão duradouros na vida dos meninos e meninas, por inúmeros fatores, como: a renda das famílias com crianças e adolescentes caiu; aumentou o número de famílias que não conseguiram se alimentar adequadamente porque a comida acabou e não

1 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-situacao-de-criancas-e-adolescentes-se-agravou-consideravelmente-apos-nove-meses-pandemia>

havia dinheiro para comprar mais; menos estudantes tiveram acesso a atividades escolares; e há um receio das famílias de deixar que os filhos e filhas retornem à escola de forma presencial.

De outro norte, a OPAS², em estudo realizado, demonstrou que a violência infantil cresceu e se agravou, porque muitas crianças tiveram o contato com amigos, parentes e com os serviços de proteção reduzido ou suspenso, sendo que estes, por inúmeras vezes, eram fundamentais para identificar traços de vulnerabilidade existentes. Um dos exemplos trazidos é de que “com todas as nações pesquisadas indicando leis que proíbem o estupro, apenas 29% dos agressores têm probabilidade de serem responsabilizados, o que revela um alto nível de impunidade”.

Assim, considerando que há a Secretaria Nacional de Atenção a Primeira Infância, mostra-se fundamental que a Secretária apresente, nesta Comissão Externa, as ações e políticas públicas realizadas durante a pandemia de COVID-19 e qual o planejamento existente para o pós-pandemia e todas suas latentes consequências, razão pela qual conto com o apoio dos nobres pares, para a aprovação deste requerimento e realização da audiência pública.

Sala de Sessões, 22 de março de 2021

Deputada LEANDRE
(PV-PR)

2 Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/11/1734082>

